

# Moçambique: entre a paz e as tensões

ALGUMAS iniciativas descritas em meios qualificados como importantes, mas insuficientemente pormenorizadas devido ao secretismo que as tem envolvido, permitiram nas últimas semanas remover obstáculos que vinham inviabilizando o estabelecimento de um diálogo directo entre o governo de Maputo e a Renamo.

Os EUA têm sido os principais protagonistas de tais iniciativas, traduzidas numa multiplicação de contactos com as duas partes do conflito moçambicano, mas também com a África do Sul e com o Zimbabue e o Quênia (os mediadores). Este papel de Washington, muito discreto, começou a ser referido após uma visita a Maputo, em Dezembro (Inf. n.º 11, pág. 8) de Warren de Clark.

Altos funcionários norte-americanos vinham manifestando nos últimos meses alguma inquietação face à ausência de perspectivas de paz para Moçambique. De Washington partiram também algumas das pressões internacionais (Inf. n.º 10, pág. 4) visando levar o governo de Maputo a flexibilizar as suas pré-condições com vista à abertura de um diálogo com a Renamo.

A aceleração do processo de revisão constitucional, formalmente aberto com a divulgação do anteprojecto do novo texto, em 10 de Janeiro, partiu essencialmente de uma «sugestão» dos EUA, tendo em vista facilitar o seu papel na criação de condições básicas de negociação entre o governo e a Renamo. A Constituição deverá ser adoptada dentro de dois meses.

O novo texto acolhe parte substancial das exigências da Renamo no que toca à reforma do sistema moçambicano (polí-

tico e económico). Por outro lado, através dele, o governo consegue subtilmente «deixar cair» condições que punha para a abertura do diálogo e que a Renamo rejeitava. O movimento de Afonso Dhlakama continua a subordinar a abertura do diálogo à não existência de condições.

Uma vez que o novo texto pode vir a contemplar a instauração de um sistema multipartidário em Moçambique (no anteprojecto a questão está em aberto) e, por arrastamento, um sistema eleitoral mais aberto e representativo, é provável que o governo se contente com um reconhecimento da nova Constituição pela Renamo como passo prévio à abertura do diálogo.

Em meados de Janeiro, numa conversa com uma personalidade internacional, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Pascoal Mocumbi, garantiu que as condições de negociação estavam a tornar-se maduras. Mas é ainda evidente que a Frelimo não desistiu da sua estratégia de desertificação política da Renamo, a prazo, de modo a não ter de partilhar o poder com ela.

Embora de forma menos activa, também o Zimbabue tem intensificado diligências no sentido de facilitar a busca de uma solução política para o conflito moçambicano. Não se confirmam, no entanto, informações segundo as quais, no plano de tais diligências, Robert Mugabe se teria encontrado com o líder da Renamo, Afonso Dhlakama.

É certo que Mugabe admitiu a possibilidade de um tal encontro em Nairobi, mas desde que Dhlakama reconhecesse o governo de Maputo. O líder da Renamo recusou tal gesto e o encontro ficou comprometido.

Na sequência deste episódio a Renamo sabotou por duas vezes o pipeline do Corredor da Beira (18-22 de Dezembro). Em 13, 16 e 19 de Janeiro novos atentados foram cometidos.

Informações adicionais acerca de pressões internas a que Mugabe estaria sujeito por causa do dispendioso envolvimento de tropas do seu país no conflito moçambicano, indicam que entre os chefes militares a atitude é diferente. Neste caso trata-se de uma certa conformação, resultante de múltiplos benefícios ilícitos que a guerra lhes traz.

**Agitação** — A política interna voltou entretanto a agitar-se, em parte por causa das actuais perspectivas com vista à abertura de um diálogo com a Renamo. Este cenário é mal aceite pela ala ortodoxa do regime (Marcelino dos Santos, Jorge Rebelo, Sérgio Vieira e Óscar Montelero, bem como alguns históricos do aparelho, que vêem no diálogo uma «raioeira» para a Frelimo).

Por definição, os ortodoxos também continuam a fazer uma sistemática (embora dissimulada) oposição às reformas políticas e económicas, invocando o argumento de que elas podem vir a pôr em causa o papel da Frelimo, que na sua concepção deve ser o de «força dirigente do Estado e da sociedade». Embora paradoxalmente, os acontecimentos no Leste também crispam os ortodoxos.

Isto explica que o ministro da Segurança, Mariano Matsinhe, tenha usado o argumento das convulsões na Roménia para tentar convencer o presidente Joaquim Chissano a «reforçar o SNASP». No raciocínio do ministro, a «Securitate» romena foi a única força que defendeu Ceausescu e Chissano deveria ter isso em conta. O papel do SNASP como estrutura repressiva tem ultimamente vindo a diluir-se.

O surto grevista por que o país passou desde fins de Dezembro também foi explorado pelos ortodoxos a favor dos seus interesses. No coro das vozes contra o movimento grevista (cuja amplitude chegou a estimular actos de resistência passiva e mesmo desobediência nas Forças Armadas), foram feitas críticas a dirigentes moderados como o primeiro-ministro, Mário Machungo e Pascoal Mocumbi.

Uma suspeita considerada «fundada» em Maputo é a de que as greves foram em muitos casos instigadas por sectores do regime (ortodoxos?) que

pretendiam assim demonstrar os malefícios do liberalismo. Armando Guebuza, o ministro dos Transportes, chegou a afirmar em público que os trabalhadores estavam a ser «manipulados» por «mãos e cérebros que há por detrás disto».

O caso de «manipulação» mais apontado é o da greve na Mabor. Além do nível elevado dos seus salários (tendo em conta os padrões locais), os trabalhadores da Mabor beneficiam de regalias sociais únicas. Acresce ainda o facto de a empresa estar em regime de semi-laboração. A opinião generalizada foi a de que se tratou de uma greve descabida.

Em fins de Janeiro a questão das greves estava transformada numa fonte de preocupação para o governo, nomeadamente tendo em conta a sua projecção nas Forças Armadas. Para debater a situação, Joaquim Chissano convocou de emergência, no dia 31, uma reunião alargada do governo com os quadros superiores da administração e do sector empresarial (incluindo todos os que se encontravam de férias).

No plano mais geral da contestação que fazem à liberalização interna, os ortodoxos sustentam que as reformas têm contribuído para o aburguesamento dos dirigentes — perverso assim a Frelimo. É assim que têm sido boicotadas intenções visando «desnacionalizar» o parque imobiliário, embora através de expedientes artificiais o mercado esteja muito activo.

Do mesmo modo a Lei dos Investimentos continua por regulamentar e são conhecidas oposições a planos com vista a acabar com as aldeias comunais (os Kholkozos da agricultura colectivizada). Estas unidades agrícolas estatais, inspiradas numa ruínosa experiência tanzaniana, são consideradas um dos símbolos mais decadentes da revolução, devido aos seus baixos índices de produtividade, apesar dos recursos que consomem. Nelas se refugiam muitos desertores.

Um outro caso demonstrativo das tensões internas alimentadas pelos ortodoxos é o dos conflitos permanentes entre Jorge Rebelo, secretário do Partido para o Trabalho Ideológico (DTI) e o ministro da Informação, Teodato Hungwana. Apesar de lhe ter sido retirado o controlo directo do sector da Informação, Rebelo ainda intervém dada a sua condição de «guardião do templo ideológico». O ministro ameaçou recentemente demitir-se.